

“No útero fecundo da palavra”: tramas da memória em Florentina Esteves¹

"The fertile uterus of the word": memory plots in Florentina Esteves

Gerson Rodrigues DE ALBUQUERQUE*
Universidade Federal do Acre (UFAC)

RESUMO: A partir das noções de errância, prática de espaços, experiência e invenção, enquanto categorias analíticas, o presente artigo tem como foco a análise dos textos “Empreza” e “Beco-do-Mijo”, que fazem parte do livro *Enredos da memória* (1990), da escritora acreana Florentina Esteves. A perspectiva da abordagem se estrutura em torno da ideia de traçar um paralelo entre a escrita da história oficial da cidade de Rio Branco, na Amazônia acreana, e a escrita memorialística dessa autora, pontuando suas proximidades no universo do discurso amazonialista e seus distanciamentos na forma de tratar questões centrais relacionadas às origens da cidade e ao ordenamento dos corpos de determinadas mulheres e homens no âmbito de narrativas históricas, ficcionais e memorialísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Enredos. Memória. Corpo. Florentina Esteves. Cidade amazônica.

ABSTRACT: Based on the concept of wandering, practice of spaces, experience and invention as analytical categories, this article focuses on the analysis of the texts "Empreza" and "Beco-do-Mijo", which are part of the book *Enredos da Memória* (1990), by the Acrean writer Florentina Esteves. The perspective of the approach is structured around the idea of drawing a parallel between the writing of the official history of the city of Rio Branco, in the Acrean Amazon, and the memorialistic writing of the author, emphasizing their similarities in the universe of the Amazonian discourse and their distances related to the origins of the city and the control of the bodies of women and men within the scope of historical, fictional and memorialistic narratives.

KEYWORDS: Plots. Memory. Bodie. Florentina Esteves. Amazon city.

¹ O presente artigo, agora em versão modificada e ampliada, foi originalmente apresentado (e não publicado) como parte do capítulo 1, da Tese (Livre Docência) “Uma certa cidade na Amazônia acreana”, apresentada junto ao Centro de Educação, Letras e Artes, em novembro de 2019, como requisito parcial ao cargo de Professor Titular.

* Doutor em História Social (PUC-SP, 2001), Professor Titular da Universidade Federal do Acre, lotado no Centro de Educação, Letras e Artes, com atuação nas áreas de História, Letras e Artes, líder do Grupo de Pesquisa História e Cultura, Linguagem, Identidade e Memória (GPHCLIM) e Membro do Núcleo de Estudos das Culturas Amazônicas e Pan-Amazônicas (NEPAN). Atualmente é Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade e Editor Geral do periódico Muiraquitã - Revista de Letras e Humanidades. E-mail: gerson.ufac@gmail.com

Algumas palavras de abertura

Nascida em Rio Branco, cidade às margens do rio Acre, no ano de 1931, Florentina Esteves teceu significativos espaços/tempos dessa cidade amazônica em narrativas tramadas nas móveis e porosas fronteiras que unem/separam história e ficção ou, para me apropriar de reflexões caras a Georges Didi-Huberman (2015), em anacrônicos fatos de memória. Ao falecer, em 2018, essa escritora acreana deixou sua marca literária em livros como *Enredos da memória* (1990), *O empate* (1993), *Direito & avesso* (1998) e *O Acre de ontem e de hoje* (2008), que passaram a ser objeto de estudos acadêmicos, resenhas e mesmo dramas encenados para diferentes públicos.

A partir da leitura de *Enredos da memória*, um livro que, nas palavras de Ivan Proença (1990, p. 9), é “testemunho de toda uma vida, paixão (e morte rondando) de gentes, e de vida e paixão da terra, tudo acreano”, com este artigo, proponho algumas reflexões sobre a narrativa dessa mulher, procurando situar a relação de proximidade e distanciamento entre a produção literária e a historiografia de uma “cidade das letras” (RAMA, 2015) que é tão amazônica quanto latino-americana.

Reconhecendo que *Enredos da memória* transita entre a autobiografia, a ficção, a memória e a história, na análise proposta, trabalho com a noção de que se trata de uma obra memorialística, tendo como ponto de referência as significativas reflexões de Eurídice Figueiredo (2013, p. 48), que, sem deixar de situar as dificuldades em se estabelecer fronteiras fechadas entre esses gêneros, indica uma interessante diferenciação entre autobiografia e memórias. Para ela, enquanto a autobiografia “consiste na reconstituição e narração da vida daquele que escreve (...), as memórias são mais abrangentes e recriam todo um mundo social”, que acredito ser o caso da obra que apresento para a discussão neste artigo.

Enredos da memória é urdidura do passado que faísca nos tempos presentes, espaços/tempos narrados, ajuste de contas com trajetórias, com partidas e chegadas, com regressos de saberes e afetos, tramas enredadas “no útero fecundo da palavra”, essa bela metáfora com a qual Florentina Esteves (1990, p. 13) abre seu livro, convidando o leitor a adentrar nos labirintos de uma cidade que ecoa do pretérito e, portanto, já não é o lugar de suas vivências, o solo firme em que põe os pés no momento em que se exercita na produção de lugares e corpos em movimento. Um exercício que cria mundos

e eventos no interior daquilo que Michel de Certeau (2000) definiu como prática ou invenção escriturária.

A rigor, a autora de *Enredos da memória* lança um convite ao impossível de uma regressão temporal, um passe de mágica somente pensado no fértil terreno da memória e da ficção, isto é, confrontando os procedimentos e métodos rígidos da história ciência com toda a sua racional e evolutiva estrutura linear (BENJAMIN, 2013). Nessa inversão do correr do tempo – uma inversão da história – o retrocesso desalojaria o progresso, a expressão antecederia ao pensamento, o acontecer antecederia ao gesto e o nascer antecederia à gênese, colocando em evidência o quanto Florentina Esteves (1990) conhece bem o tear, a textura e as cores dos fios com os quais tece sua narrativa. Uma narrativa que parte de um presente de incertezas e se lança a um passado lembrado, um passado que vai surgindo como resultado do trabalho de rememoração, tecendo uma história envolta em “estruturas de sentimentos” (WILLIAMS, 1990), uma história que é trama, com temporalidades que seguem o ritmo da tecitura conferida pela autora/tecelã.

Se toda experiência humana é de natureza temporal, com a categoria tempo se deslocando do mundo físico para o mundo humano e, portanto, social (RICOEUR, 2010), é necessário insistir na arqueologia do espaço/tempo que surge da pena de Florentina Esteves, paradoxalmente, reproduzindo os bordões da historiografia oficial no interior dos mesmos escritos em que apresenta suas lembranças – lembradas, esquecidas e inventadas – e, nesse sentido, desprovidas do invólucro da verdade científica que tenta ocultar a natureza subjetiva desse tipo de narrativa.

Feitas essas considerações iniciais, procurarei analisar dois textos de *Enredos da memória*: “Empreza” e “Beco-do-Mijo”. O primeiro encartado na unidade intitulada “Um pouco de história”, e o segundo na unidade “Cenário”, em uma contextualização que considero de significativa importância para situar a reflexão proposta, especialmente, comparando esses textos memorialísticos/ficcionais com as “verdades” que povoam a vertente hegemônica da historiografia da Amazônia acreana no que diz respeito às supostas origens da cidade de Rio Branco e às pessoas que figuram no panteão da memória histórica dessa cidade, principalmente, por considerar que os corpos de determinadas mulheres e homens são atravessados por discursos de exclusão, interdição e ordem.

Além desses dois textos, lanço mão de outros trechos de *Enredos da memória* como forma de ampliar a análise proposta, considerando que, no vai e vem das lembranças narradas ou das tramas enredadas, algumas questões sempre retornam, dando consistência ao fio narrativo da autora e à sua cidade onde os acontecimentos e as pessoas têm lugares certos ou cumprem papéis que a elas são determinados, mesmo que sejam papéis marcados pela lógica de certa opressão doméstica, melancolicamente naturalizada.

Nos procedimentos iniciais, inseri alguns excertos de diferentes autores que abordaram a experiência da “conquista” da Amazônia acreana e sua inserção como parte da narrativa da nação brasileira, com especial atenção para o que se convencionou chamar de as origens da cidade de Rio Branco, pontuando os pontos de junção e de disjunção entre os escritos de Florentina Esteves e os escritos desses autores em relação a tais origens e em relação à inserção de uma narrativa que desloca o discurso naturalizado acerca dos corpos na cidade ou dos que têm direito à voz e vez na história e dos que não dispõem desse direito. A natureza comparativa do texto traz a pretensão de sinalizar a força e a capacidade da autora de *Enredos da memória* em inserir outras possibilidades de imaginar a vida, de sonhar o mundo ou, seguindo a trilha aberta por Édouard Glissant (2005, p. 102-103), de lançar outra visão para o passado, uma visão baseada no princípio da errância e do deslocamento, pois o passado “deve também ser sonhado de maneira profética, para as pessoas, comunidades e culturas cujo passado, justamente, foi ocultado”.

1 “Empresa”: nas fronteiras entre a história e a ficção

Com uma abordagem acadêmica e marcada pelo ideal cientificista, o geógrafo e historiador Antônio Teixeira Guerra foi quem primeiro estruturou uma narrativa histórica sobre a cidade de Rio Branco desde suas supostas origens, no ano de 1882, até meados da década de 1950. Para esse pesquisador, membro do Conselho Nacional de Geografia (CNG), a cidade resultou da

fundação do seringal Empresa feita por Neutel Newton Maia em 1882. Esse cearense e muitos outros deixaram o Nordeste e vieram povoar as terras do Alto Purus, Juruá, etc. A sede do seringal foi estabelecida na margem esquerda do rio Acre, porém a futura cidade começaria a se desenvolver na

margem oposta. Em 22 de agosto de 1904 o pequeno aglomerado humano em formação foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Volta da Empresa. Quase um mês depois, ou mais exatamente, no dia 7 de setembro de 1904 esta vila foi elevada à categoria de sede provisória do departamento do Alto Acre com o nome de Rio Branco. A sede da vila estava localizada na margem direita do rio Acre. Esta situação permaneceu até 13 de junho de 1909, quando o prefeito Gabino Besouro transferiu a sede do departamento para a margem esquerda, apossando-se assim das terras do seringal Empresa, e fundando a vila de Penápolis (TEIXEIRA GUERRA, 2004 [1955], p. 126-127).

Antes de Teixeira Guerra, o jornalista João Craveiro Costa já tinha produzido uma escrita sobre as origens do Acre, publicada em Maceió, Alagoas, sua cidade natal, no ano de 1926, com o título “O fim da epopeia (notas para a História do Acre)”. Muito referenciado pelo escritor paraense Abgvar Bastos, esse livro exerceu grande influência em Leandro Tocantins, que, ao se referir à colonização das áreas de fronteira que perfazem o atual território do Acre, pontuou:

os machados pioneiros abriram claros na floresta e neles se erguiam barracas e barracões à beira dos rios, ou no isolamento da mata, onde os homens se internavam para extrair o leite da seringa (...). O Acre, de fronteira vazia passou a ser uma frente pioneira (...). Os nomes dos precursores dessa jornada migratória pereceram muitos nos tumultos por eles mesmos provocados, desmemorizaram-se pelo tempo, restando alguns que, por sua estrela propiciatória, construíram um patrimônio digno de lembrança (...). Desbravador do Iaco, Neutel Maia, que se fixou em Empresa, hoje cidade de Rio Branco, Raimundo Vieira Lima, o popular Raimundo Sargento, chegando ao Acre em 1886, seis anos depois fazia prosperar o seringal Iracema, um dos mais ricos em leite, do rio (TOCANTINS, 2001, p. 184-185).

Depois desses “pais fundadores” dos estudos sobre a formação do Acre e da cidade de Rio Branco, inúmeros outros historiadores, geógrafos e cientistas sociais ou membros do Instituto Histórico e Geográfico do Acre seguiram miméticos suas fabulosas narrativas da conquista e origens do Acre brasileiro e de sua capital, às margens do rio que deu nome ao território incorporado ao Brasil no início do século XX.

Com relação às origens da cidade de Rio Branco, não posso deixar de assinalar que alguns historiadores mantiveram visões diferentes e travaram algumas divergências, como é possível exemplificar na polêmica travada entre Manoel Ferreira Lima e Mustafa Ribeiro de Almeida. A parte republicana dessa polêmica foi registrada nas páginas de duas edições da Prefeitura Municipal de Rio Branco: a primeira, datada de

28 de dezembro de 1982, teve como editor o jornalista Emanuel Cândido do Amaral e foi intitulada “edição comemorativa dos 100 anos de fundação do núcleo habitacional que deu origem à cidade de Rio Branco”; a segunda, datada de 28 de dezembro de 1986, contou com a colaboração do antropólogo Jacó Cesar Piccoli à frente da comissão editorial e foi intitulada “edição comemorativa da fundação do núcleo habitacional da cidade de Rio Branco”. Essas duas publicações evidenciam o aparecimento de diferentes maneiras de narrar, produzir ou inventar o mesmo “fato histórico”, a partir de diferentes gestões de homens e partidos à frente da coisa pública.

Aparentemente, a controvérsia teve início com a publicação da monografia “Conheça o Acre e sua História”, de autoria de Mustafa Ribeiro de Almeida, que foi apresentada ao público no ano de 1962, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1982, a Revista da Prefeitura de Rio Branco, publicou a parte da monografia que trata das “origens” da cidade, além de um artigo de seu autor, intitulado “Considerações sobre a data de fundação de Rio Branco”. Nesse artigo, Mustafa Almeida enfatiza que sua “síntese da história do Acre” resulta em trabalho empreendido no sentido de reunir informações sobre a “História do Acre, com base na bibliografia disponível e mediante informações de pessoas ainda sobreviventes dos episódios que marcaram a epopeia acreana” (ALMEIDA, 1982, p. 10). Nas palavras desse autor, que se apresentava como um dos descendentes do “fundador da cidade”, com o objetivo de definir uma data para celebrar o real aniversário das origens de Rio Branco,

não tendo encontrado em nenhuma fonte consultada, a data exata, isto é, o dia da chegada de Neutel Maia, recorremos como já o fizéramos outras vezes, ao Dr. Mário de Oliveira, o qual nos informou que sabia ao certo que Neutel Maia teria passado o dia de Natal no Bagaço e que na noite de 31 de dezembro passara aqui em terras da atual cidade de Rio Branco. Informou-nos o Dr. Mário de Oliveira, que três dias após o Natal, Neutel Maia, com sua caravana partira do Bagaço rio acima tendo parado num local que achou aprazível e segundo informações já disponíveis, era abundante de seringueiras. Neutel Maia teria mandado ancorar a lancha “Apihy”. Desembarcou, examinou o local-ponto de melhor visão de um meandro do rio Acre – dele se agradou e exclamou: “é aqui que vou fundar a minha empresa”. Desde então esse lugar ficou conhecido como Empresa. Mas, em que dia ocorreu a chegada do Neutel Maia? Na realidade não conhecemos nada de concreto sobre essa data. No entanto, conforme já dissemos acima, queríamos uma data completa. Fizemos então a seguinte dedução: se Neutel partira do Bagaço três dias após o dia de Natal e como uma embarcação, na referida época do ano (mês de dezembro) gasta mais ou menos seis horas do Bagaço a Rio Branco, sua chegada teria ocorrido no dia 28. No original de

nossa síntese, dizíamos que essa data – 28 de dezembro – estava sujeita a ratificações e pedíamos a colaboração de quem a soubesse exatamente (ALMEIDA, 1982, p. 11).

Essa invenção histórica incomodou o historiador Manoel Ferreira Lima (1986, p. 4), que decidiu brandir sua pena e ironias contra o que classificou de “uma gracinha, produzida pelo crâneo do astuto economista e professor Mustafa Ribeiro de Almeida”, que, a partir de “cálculos matemáticos” feitos no ano de 1979, estabeleceu a data de 28 de dezembro de 1882 como o dia em que um dos patriarcas de sua família – Neutel Maia – fundou a cidade.

Movido por verdadeira paixão pelos documentos, Ferreira Lima argumenta:

não se pode negar, que num dia “X” (não tenho uma documentação) do mês de dezembro de 1882, ou até janeiro do ano seguinte, o aventureiro nordestino Neutel Maia chegou com sua família em certo local da margem direita do Rio Acre, possivelmente desembarcou à sombra de uma gameleira que tornou-se histórica, e logo iniciou a construção de uma palhoça. Deu o nome do local de “Volta da Empresa”, por estar localizado no início de uma grande curvatura do Rio Acre. Aquele aventureiro rústico, analfabeto e sem compromissos políticos, não tivera a pretensão de fundar ali as bases de uma cidade, com o nome que não tinha ainda ligação nenhuma com ele nem a área que começa a explorar. Ali iniciou a exploração do primeiro seringal, pois era seu único objetivo. Mais tarde passou para as terras da margem oposta do rio, abrindo outra colocação com o nome de “Empresa” (LIMA, 1986, p. 5).

Em sua longa contestação, Ferreira Lima enfatiza ser um erro atribuir a data da fundação de Rio Branco ao ano de 1882, a partir da “evolução” dos dois seringais de Neutel Maia, que, embora tendo tido uma “progressão satisfatória”, não era o centro de decisões na região e nem “grande núcleo populacional”, a exemplo de Puerto Alonzo (depois Porto Acre), que “foi a capital da República Independente de Galvez e do Estado Independente do Acre proclamado por José Plácido de Castro”. Argumenta ainda que, após a “Revolução Acreana”, Empresa ganhou certa notoriedade e importância porque “foi ocupado por um pelotão do Exército Brasileiro, enviado sob o comando do General Olímpio da Silveira, que achou o médio Acre estrategicamente importante para garantir e defender o litigioso” território disputado com a Bolívia. Ressalta ainda que, após a assinatura do Tratado de Petrópolis e a divisão da região em três departamentos (Alto Purus, Alto Juruá e Alto Acre), Volta da Empresa foi escolhida pelo coronel Rafael da Cunha Matos como o “melhor local para coordenar a administração do seu Departamento” e “instalou ali a sua Prefeitura, a 19 de agosto de

1904, passando a chamar o local, Vila, e não cidade de Rio Branco”, cuja “fundação” data do ano de 1909, por ato de Gabino Besouro, como “muitos acreanos aprenderam” (LIMA, 1986, p. 4-5).

Ganha evidência que na base das premissas desses historiadores está a crença na ideia de progresso e evolução na história e, o que é mais problemático, de poder narrar os acontecimentos como se eles brotasse da própria terra, como se fossem objetos naturais lidando com a linguagem como se ela fosse “um espelho ou um mero instrumento de expressão”, como se as palavras dissessem “as coisas, realisticamente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, p. 128).

No entanto, considerando que o foco da discussão proposta não são as crenças e práticas desses historiadores, retorno à Florentina Esteves, que, em “Empreza”, destoa de todos eles – ora se aproximando, ora se distanciando dos alicerces da lógica amazonalista – ao colocar em outras bases a narrativa da origem de Rio Branco, ciente de que as palavras, criadoras de mundos e sonhos, não dizem as coisas:

Houvera Deus em seu engenho divino fazer-nos aportar em mui prazeroso sítio, de vegetação abundante e copada árvores, de onde nascem suculentos frutos de sabor exótico, tirante a mais alta e frondosa árvore, dita gameleira, a qual não bota frutos, porém dá aprazível sombra, estendendo seus galhos até a margem do rio, semelhante a um grande telhado verde, enramado e sinuoso, por onde passeiam pássaros das mais variadas plumagens e mavioso canto. Pois nesta dita árvore amarramos nosso barco, que outra atracação não haveria que se fizesse mais própria e mais formosa. E porque o sol ia já transpondo, nada mais nos foi permitido enxergar neste primeiro dia, ao qual sucedeu abafada noite, em que se houve de acender muitas fogueiras para afugentar os animais. Com o clarear do dia, saímos a explorar as redondezas, abrindo caminho a terçado na mata fechada, os homens todos sempre juntos, porque as picadas logo se perdiam no emaranhado de cipós, e se haviam de abrir outras, de onde pudesse ser avistado o sol e o rumo norte. E caminhando nessa mata avistamos árvores muito altas, umas de cujo tronco se extrai pegajoso leite, ditas Hévea, outras, retas e delgadas, das quais brota uma fruta grande e muito dura, em forma de esfera, a qual aberta a golpes de terçado deixa ver quantidade de frutas do tamanho de nozes, com casca dura e fibrosa. As ditas frutas como amêndoas, têm gosto mui delicado e vertem um leite saboroso e nutritivo, a qual fruta alimentou nossos homens e saciou-lhes a fome. Muitas léguas caminhamos nessa mata, não encontrando ser vivente, nem vestígio de habitação, somente rios sinuosos entre densa floresta, cujas raízes a água descarnou na conquista de seu leite, e muitas cobras, as quais logo fugiam. Voltando ao anoitecer, encontramos caça abundante, as quais abatemos e fizemos provisão para alimentar todos os homens por três dias. À beira da copada árvore dita gameleira, onde houvemos por bem levantar toco abrigo, destravado de galhos e de cipós serpenteia remansoso rio, fazendo curva logo acima, à qual convieram os homens dar-lhe o nome de “Empreza”, visto que neste sítio se há de construir habitações para a expedição, que aqui haverá de empreender morada e posse (ESTEVES, 1990, p. 16-17).

Com esse texto, Florentina Esteves parece zombar dos historiadores e suas pretensões de verdade, ou seja, de escrever a história verdadeira, o acontecido assim como aconteceu e foi preservado nos documentos, essa fantasia da história ciência. Parece zombar porque sabe que inventa tal narrativa e a entrega ao público na condição de “um pouco de história” e não qualquer história, mas a história da primeira expedição que aportou em certa margem do rio Acre, em um sítio de árvores, flores e frutos abundantes, repleto de riquezas e vazio de pessoas. Um sítio ao qual um grupo de homens – o texto não faz referências à presença feminina – chegou, guiado pela providência e que, por conveniência, decidiu “dar-lhe o nome de “Empreza”, em uma espécie de cerimônia de posse na qual o ato de nomear assegura o direito de governar, bem aos moldes do que ocorreu em todo o “novo mundo” no início da era moderna (SEED, 1999).

Florentina Esteves brinca com a expedição da origem, o momento fundacional da cidade de Rio Branco, que virou objeto de uma busca compulsiva e de disputas ou confrontos entre distintos pesquisadores, como destacado anteriormente, obstinados em afirmar o exato dia e local de fundação da cidade, colocando em movimento a afirmação identitária e sua rememoração enquanto ato de civismo e de acreanidade, essa invenção que não tem outra finalidade senão o controle de corpos e a governabilidade em certo recorte geográfico da narrativa da nação.

Nessa direção, faço minha a provocativa indagação de Flora Sussekind (1990, p. 11): “o que possibilita ou traz consigo tal obsessão pela origem?” E, para não perder a viagem, procuro responder com essa mesma autora:

possíveis romances familiares. Alguns imensos, em vários tomos. Árvores, genealogias insaciáveis, com raízes firmes e em contínua, vertiginosa, multiplicação de ramos exemplares. Alguns menores, passíveis de cortes abruptos, fins de linha ou linhas duplas. (SUSSEKIND, 1990, p.11)

Sigo adiante, salientando que em torno da origem de Rio Branco brotaram pilhas e pilhas de papéis escritos, alegorias, brasões, hinos, armas, palavras e mais palavras inscritas em corpos indóceis para fazê-los naturalizar esse objeto do discurso; brotaram começos vários e incoerentes; brotaram fins de linha, interrupções, estranhamentos, entranhamentos, partilhas, partilhamentos, multiplicações que, inevitavelmente, indicam

a implosão dos pilares do mal estruturado edifício que sustenta esse ato idealizado, essa ilusão que tantos acreditam como a verdade primeira ou, nas palavras de Michel Foucault (1999, p. 17), como a possibilidade de “tirar todas as máscaras para revelar enfim uma identidade primeira”. Em síntese, essa ficção dos sentidos e da sedentarização, essa crença em algo que somente tem existência no universo dos signos, um mundo de sombras, simulacros, fantasmas.

Ao brincar de escritã da primeira expedição que – “por vontade divina” – aportou no sítio nomeado “Empresa”, Florentina Esteves o faz desde uma lógica histórica subjetivada pelo ideário da conquista da região, a lógica da expansão da nação, mas também do mercado e do capital, um mundo de mercadorias, palavras e mercantilização de tudo. Entretanto, ela sabe que sua escrita não é a escrita nomeadora do primeiro encontro entre o mundo da costa atlântica brasileira e os “sertões” da Amazônia acreana, sabe que sua “carta do descobrimento” carrega as marcas de quem conhece o ponto de chegada, isto é, de quem toma a história como uma seta que é parte do próprio alvo para onde aponta.

Todavia, inserindo-se na viagem que inventa, a narradora vai sendo traída por um conjunto de palavras que trabalham a serviço da pretensão de conhecimento, tecendo informações sobre árvores, resinas e frutos que evidencia já conhecer. Aqui fala uma escritã astuta e zombeteira, mas não ingênua ou inocente, ou seja, não indiferente aos compromissos de seu tempo. Sua narrativa está impregnada de enunciados amazonialistas, dentre os quais destaco o do vazio que soa familiar em meio a um vocabulário especializado em suavizar o extermínio, a destruição e o sangue que manchou o solo fecundo da “primeira manhã” da Amazônia acreana.

Em “Empresa” as noções de vazio, distante, isolado, selvagem, entre outras, surgem como a expressão de coisas naturalizadas, tomando lugar no interior de um campo de forças que historiciza o passado e narrativiza sociedades e lugares negativados, que devem ser eternamente colonizados, desenvolvidos, evoluídos, conquistados, conectados a um mundo positivado. Esse tipo de historicização do passado e narrativização de sociedades, como destacou Edward Said, estão presentes na história e na literatura – na geografia, na antropologia, na religião, na sociologia, na linguística, na política, na economia – operando formas de subjetivação e exercendo verdadeiro fascínio nos modos de geo-grafar a terra, de sonhar territórios e lugares, de

produzir metáforas úteis aos processos de “acumulação e diferenciação do espaço social, espaço a ser usado para finalidades sociais” e, subjacente a isso, modos de “pensar em lugares distantes, colonizá-los, povoá-los”. E isso, insisto com Said (1995, p. 118), somente pode acontecer “na terra, em torno da terra ou por causa da terra” e sua posse geográfica sob as bênçãos de um Deus distante e da tutela político-econômica-administrativa de homens carnalizados na mundanidade da terra.

“Empresa”, assim como a quase totalidade das narrativas que versam sobre a cidade de Rio Branco, flutua num rio de silêncios/silenciamentos ou de ausências a denunciar incômodas presenças: as populações indígenas que habitavam as terras e florestas banhadas pelo Uwa’kürü (o rio Acre) e seus inúmeros afluentes. Silêncios/silenciamentos que, no caso da historiografia, quando muito, são quebrados por breves notas acerca da existência de um ou outro “povo livre” – ou em “condição de natureza” –, vivendo em um passado mítico, algo meio condescendente, mas que desaparece logo em seguida, em meio ao enredo da “ocupação” e colonização da “selva inóspita” e “primitiva” ou de lugares infestados de mosquitos sanguinários, feras e “índios selvagens”, que surgem como produtos de pura reificação entre nomes e topônimos que parecem ter brotado da terra ou que são naturalizados como se estivessem ali desde o começo dos tempos.

Reina uma interessante diferença entre a narrativa de Florentina Esteves e os escritos de tradicionais intérpretes e historiadores da Amazônia acreana, via de regra, marcados pela pretensa afirmação da verdade histórica e pela repetição objetivista dos mesmos enunciados que reduziram mulheres, crianças e homens dos mundos amazônicos à categoria de seres fantasmagóricos, habitantes do deserto selvagem. Enquanto a autora de *Enredos da memória* brinca com as origens, os historiadores e intérpretes produzem narrativas caracterizadas por obsessiva busca do ato inaugural, o marco histórico de fundação da cidade de Rio Branco, essa ficção datada do ano de 1882, que segue em contínua evolução até um incerto presente. Essa obsessiva busca se alimenta da afirmação identitária, que alimenta toda sorte de intolerância, estranhamento e recusa das diferenças, ou seja, da não aceitação das pessoas que vivem, amam e falam diferente.

Em certo sentido, reside nisso a redundante repetição do mitificado “sacrifício dos antepassados”, os “desbravadores” que avançaram pelos “sertões vazios”. Um

“sacrifício” que precisa ser lembrado como penitência para justificar os “desvios” e erros dos pioneiros, pois foram eles que, apesar de devassarem e destruírem vidas e culturas, adentraram a “terra que se fechava, inóspita e agressiva em suas distâncias e dimensões intemporais”, nas zombeteiras palavras de Florentina Esteves, que também subjetivou o legado amazonialista. Subjetividade essa que aparece em diversas partes de seu livro, revelando a ambiguidade que a levou a caminhar na companhia daqueles que guardam empatia com a tradição dos vencedores, enfatizando seu apego a um passado em um “fim-de-mundo onde tudo faltava, menos carapanãs e impaludismo” (ESTEVEES, 1990, p. 20).

2 Cenários e corpos em trânsito, mundos em deslocamento

Maurice Blanchot (2005, p. 137) afirma que a “errância, o fato de estarmos a caminho sem poder jamais nos deter, transforma o finito em infinito”. Penso que o infinito pode ser a chave para romper enclausuramentos ou escapar dos becos sem saídas, como parece sugerir ainda esse autor. O infinito é aqui tomado como o pensamento ou, de modo mais incisivo, como sinônimo de memória quando se considera que lembranças e esquecimentos embaralham o jogo da rememoração e suas múltiplas (im)possibilidades voluntárias e involuntárias. Memória que ganha centralidade nos enredos de Florentina Esteves, uma escritora que transita em tênues fronteiras, presa a um passado e a uma formação que se desintegra no sol do presente, mas que é capaz de reordenar nesse mesmo presente, esse “instante de agora” (BENJAMIN, 2013), as coisas, os sonhos, o vivido/lembrado em narrativas de experiências individuais/coletivas nas quais insere o inesperado e o inabitual, a exemplo de alguns seres destinados à invisibilidade na história oficial.

Com os pés nesse fértil terreno, sugiro que Florentina Esteves não toma para si o papel de escriba da história da cidade porque rompe com a centralidade do tempo enquanto ordenador de acontecimentos, enquanto condensador linear da vida. Em seu experimento literário o que ela propõe é lembrar de um tempo fora do tempo, um rio corrente de “águas de saudade”, de percursos invertidos em que tece cenários e personagens de um tempo sem tempo. Percursos nos quais ganha destaque a crônica ou conto/crônica “Beco-do-Mijo”, um típico não-cenário em que ganha centralidade uma

típica não-personagem da história. Rigorosamente, a autora coloca em cena um lugar de pessoas errantes e uma prostituta sem direito ao espaço público, sem ter onde morar, sem ter o que comer e sem vez na memória oficial da cidade.

Todo o enredo de “Beco-do-Mijo” situa a narrativa de uma mulher velha, um corpo deslocado entre puteiros, bares, becos, casebres e outras edificações de certa localidade. Um corpo dos lugares errantes, dos que erram no sentido de estarem na contramão da norma social e da moral, na contracorrente da cidade idealizada (JACQUES, 2012) e do regramento que mitiga impulsos, desejos, sonhos, lutas contra o desaparecimento. Porém, também situa o corpo de uma mulher – uma puta do Beco-do-Mijo – que produz leitura sobre a história da cidade, inserindo-se nessa história, ainda que marcada pela lógica do triunfo e da conquista dos sertões amazônicos pelas engrenagens da economia da borracha e, ao mesmo tempo, deslocando-a enquanto narrativa literária urdida lado a lado de certa escrita da história, essa ficção do presente e dos sentidos (VILELA, 2001).

Ao considerar que Florentina Esteves não está preocupada com marcações temporais, com datas, com o tempo do acontecimento, esse objeto crucial na escrita da história e dos historiadores, devo afirmar que “Beco-do-Mijo” é narrativa de espaço, espaço e espacialização, espaço e territorialização. Uma narrativa que viaja nas letras contidas na carta que uma velha puta remete à sua filha, que a devolve na forma de um bilhete, escrito sem o consentimento ou o conhecimento do marido, Eurico. Essas palavras, na superfície do papel, decifram um diálogo secreto entre mãe e filha, um diálogo escrito que sobe e desce o rio sob a mediação da lancha de Domingos Jordão, proprietário/condutor do barco e da ilusão/desilusão da protagonista principal cujo corpo, no próprio texto de Florentina, é de papel, posto que toda a trama consta da carta/pleito de uma mãe e do bilhete/resposta de sua filha. Uma mãe “puta do Beco-do-Mijo”, cujo nome não aparece, mascarado que é pelos afetuosos apelidos que recebe: Ana Néri, Heddy Lamar, Anjo Azul, Giselle ou pelos estereótipos do deboche e da humilhação: cabelo de milho seco, velha azul desbotada, barriguda, pelancuda ou, ainda, mulher da vida e vovó. Sigo com um fragmento da carta dessa mulher fraturada, múltipla:

Minha filha: Hoje é teu aniversário. Embora esta carta só te chegue às mãos daqui a uma semana, faço de conta que aprisionei o tempo neste papel, feito

passarinho em gaiola, e te envio minhas bênçãos e um beijo, desejando que este dia seja de felicidade, ao lado de teu marido e de teus filhos. Também quero aproveitar para te contar as novidades. Minha filha, esta guerra está trazendo muita miséria à nossa cidade. Cada embarcação que chega despeja nos barrancos centenas de nordestinos, convocados como “Soldados da Borracha”. Os pobres “arigós”, enquanto esperam baldeação – alguma lancha ou batelão que os leve para os seringais – ficam embaixo das mangueiras, e matam a fome comendo mangas. A rua da Frente é uma fedentina só, todos com diarreia. As autoridades conseguiram, provisoriamente, alojá-los na antiga Fábrica de Castanha, no Quinze. Estão lá amontoados feito bichos, famintos, doentes, esmolando. Mas cada chatinha ou gaiola que chega, são mais “arigós”, mulheres, crianças, e agora o prefeito botou algumas famílias na casa da Hemita, aqui no Beco. Não sei se te contei, na outra carta, que Hemita morreu. Foi muito triste, minha filha. Ela pegou aquela doença, não cuidou, e a sífilis tomou seu corpo inteiro. Por causa disso, os homens andam arredios, e o jornal vive falando que as mulheres do Beco-do-Mijo estão todas infectadas, que a Saúde Pública não toma providências, que somos um cancro social plantado em plena zona comercial, um vexame para as famílias. E com essa desculpa, mais a chegada dos “arigós”, exigem que nos mudemos. Para onde? Na última alagação o rio arrastou tudo que foi casa do “Papoco”. No “Porta Larga” é longe e perigoso, e nem tem mais lugar... (ESTEVEES, 1990, p. 22-23).

A narrativa é fluida. Em sua epístola, atenta ao entorno, a narradora/personagem capta o global no local, o “aqui-lá” (GLISSANT, 2014) da (sobre)vivência humana, os rumores de uma guerra, a etnografia de lugares e gentes, os embates e assimetrias sociais. Salta aos olhos o quanto sua experiência está marcada pelas experiências de outros seres, assim como ela, sem nome, estatísticas sem rosto, códigos numéricos nas barrancas e casebres de Empreza, incomodando o cotidiano, desordenando espaços destinados à civilização de corpos reguláveis, higienizáveis, controláveis:

Mês passado, veio o Delegado de Polícia e deu prazo de noventa dias para que todas as casas do Beco-do-Mijo sejam desocupadas. É para abrigar os “arigós” (desculpa deles). Fomos ao Fórum falar com doutor Chico Chagas. Como advogado, quem melhor que ele pra orientar e defender a gente? Pois ele me tratou mal, igual as outras mulheres, e disse que isso era caso de Polícia, e não de Justiça. (...) Estava passando fome, não tinha pra quem apelar, resolvi voltar à “vida”. Três noites seguidas fiz ponto no Papoco, e o dinheiro que recebi de um seringueiro bêbado, mal deu pra comprar um quilo de carne. Fui pro “Porta Larga”, e as meninas me chamaram de vovó. Os homens riam, um me pagou uma cerveja e perguntou se eu não sabia fazer croché. (...) Minha filha, o prazo para desocupar a casa termina na outra semana. Não tenho pra onde ir, e não quero continuar nessa vida. (...) Estou com muitas saudades de você. Sei que Eurico, seu marido, não gosta muito de mim, mas não pretendo viver às custas dele. Posso costurar e ajudar nas despesas, dar uma orientação nos estudos das crianças, só preciso de um cantinho quieto, pra quando a velhice chegar... (ESTEVEES, 1990, p. 23-25).

A resposta da filha, Ana, é, como se diz, curta e grossa. Escrita às pressas, furtiva, sinalizando a recusa de Eurico, que “não permitiu sua vinda. Disse que o doutor Chico Chagas prometeu indicá-lo para Comandante do Destacamento da Vila, e não fica bem a um militar graduado, um sargento, hospedar puta do Beco-do-Mijo” (ESTEVEES, 1990, p. 25). Essa resposta encerra a narrativa, silencia a voz de uma indesejável como quem repõe a moral da história nas linhas de uma carta que é representação da representação ou leitura de espaço e de corpos no espaço branco e retangular de uma folha de papel. Espaço do mundo-outro da linguagem escrita no qual, como disse Foucault (2013, p. 19), “não se vive, não se morre, não se ama...”

Florentina Esteves sabe disso e, em “Beco-do-Mijo”, insiste em tomar para si o desafio ético de descortinar os silêncios e os silenciamentos impostos aos vencidos, aos desclassados da história, apresentando a trama como se dissesse que não basta zombar de certos protocolos e pompas tradicionais que buscam “resgatar” o Acre de “antigamente”, algo muito presente em discursos e propagandas estatais na Amazônia acreana dos últimos vinte anos. É evidente que, panoramicamente, esse não é o foco de *Enredos da memória*, indicando os paradoxos que se manifestam na produção literária de uma escritora que sempre pertenceu às classes mais favorecidas da cidade de Rio Branco, com acesso aos bens culturais, viagens, ao ensino superior na capital do país ou aos produtos do mercado industrial que sequer faziam parte do imaginário de milhares de jovens e adolescentes que viviam na região entre as décadas de 30 a 50 do século passado.

Não obstante, a escritora projeta o olhar para lugares de experiências outras, lugares interditados por toda sorte de discursos, mas também lugares de descontrole e deriva ou de constantes deslocamentos e, nesse sentido, lugares de trânsitos; lugares produzidos por seres deslocados, seres errantes, seres nômades. Mais uma vez, seu texto provoca o inesperado porque desloca a atenção da lógica cristalizada da história regional/nacional para o que Didi-Huberman (2015, p. 117) classificou como uma “arqueologia psíquica”, que somente pode se manifestar com o ritmo dos sonhos, dos sintomas ou dos fantasmas”, enfatizando que o campo da memória resulta em narrativas que se afinam “com o ritmo dos recalcamientos e dos retornos do recalçado, das latências e das crises”.

Nas linhas de “Beco-do-Mijo”, indiferente às datações técnicas, determinados espaços da cidade vão sendo forjados pela pena que funda acontecimentos em cenários de signos e sombras, conformando fantasmagorias que o olhar amazonialista produziu com eficácia e que a história da cidade sempre ignorou ou, no máximo, tratou com base na lógica de que se existe um saber sobre as putas, sobre os bêbados, sobre as pessoas sifilíticas, sobre os que se desmancham em diarreias e adormecem em redes penduradas sobre chãos-latrinas de velhas fábricas de castanha ou de velhos casarões mal assombrados, esse saber é para produzir toda sorte de estereotipia, humilhações e exclusões físicas e psicológicas.

Em “Beco-do-Mijo”, os estereótipos ganham contornos desesperadores na perspectiva em que uma “mulher da vida” recusa ser reduzida à condição de cancro social disputando a vida entre corroídas casas de um beco fétido com um amontoado de arigós, “bichos, famintos, doentes, esmolando”. Essa criação de Florentina Esteves novamente aparece feito um deboche aos historiadores, economistas, urbanistas e geógrafos da cidade, que optaram pelo silêncio ou se acomodaram ao normalizado silenciamento ou nunca se interessaram em dedicar às putas e aos bêbados, viciados, vagabundos, mendigos e moradores de rua mais que algumas poucas linhas, geralmente, para adjetivá-los ora na condição de vítimas, ora na de ameaças à ordem pública, em crônicas generalizantes e abstratas ou em estatísticas sobre a violência.

Evitando esses lugares comuns, Florentina Esteves tece uma narrativa de espaço e de espacialização de corpos na cidade, colocando em evidência o quanto essa cidade foi produzida por um discurso que tratou de separar os “corpos sadios” dos “corpos doentios”, separação entre os que mereciam ou não constar na história de Rio Branco. Um tipo de narrativa que tem a ver com aquilo que Foucault (1999, p. 159) interpretou como “a descrição espacializante dos fatos discursivos” que sempre desembocam em análises “dos efeitos de poder que lhe estão ligados”. Para esse filósofo, pensar com metáforas geográficas ou utilizar “termos espaciais” pode funcionar como uma “anti-história”, isto é, pode se tornar importante ferramenta para colocar em xeque olhares evolucionistas, sustentados em frágeis noções “da continuidade viva, do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto da existência”, que tomam o evento histórico ou aquilo que foi historicizado como se fosse um objeto natural.

O enredo de “Beco-do-Mijo” é marcado por metáforas de espaço que remetem as leitoras e os leitores de Florentina Esteves à vida de seres infames, um tipo de vida que somente é apreendida como vida de seres fictícios, seres a quem a existência “remete exatamente ao que deles foi dito” e isso quer dizer que “daquilo que eles foram ou do que fizeram nada subsiste, exceto em poucas frases” (FOUCAULT, 2006, p. 209). Seres aos quais a hegemônica lógica histórica da cidade não reservou nenhum espaço, posto que são vistos como seres descartáveis, seres que não desempenham nenhum papel relevante nos eventos históricos e, quando muito, são referidos como consequência da ausência do bom governo, da boa política do Estado, da boa conduta dos homens de sociedade, da moral religiosa; são sintomas da desordem, do desmonte econômico, do desrespeito à boa convivência e à urbanidade (FOUCAULT, 2006).

Seguindo o fio condutor de *Enredos da memória*, “Beco-do-Mijo” é produto da reminiscência de uma mulher que aprendeu a contar histórias e a fazer da experiência do Outro a sua própria experiência (BENJAMIN, 2018). Nesse sentido, opera com o oximoro da presença ausência, apresentando diferentes narrativas de uma Rio Branco tecida de múltiplas práticas de espaço. Práticas de espaço como práticas do viver que confrontam o ideal de cidade plana, lisa, panorâmica; a cidade estruturada em torno de uma história única e linear. Esse pensar o espaço como lugar praticado remete ao pensar errático que, no sentido atribuído por Blanchot (2005, p. 137), se configura como um pensar que não pode ter como referência o “homem medido e comedido” para quem “o quarto, o deserto e o mundo são lugares estritamente determinados”, mas “o homem desértico e labiríntico”, um ser em constante deslocamento, em constante trânsito, “destinado à errância de uma marcha necessariamente um pouco mais longa do que sua vida”, um homem para quem “o mesmo espaço será verdadeiramente infinito, mesmo que ele saiba que isso não é verdade, e ainda mais se ele o sabe”.

Sem perder de vista essas noções de prática de espaço, de experiência e de pensar errático enquanto interessantes categorias de análise, em “Beco-do-Mijo” salta aos olhos a possibilidade de dialogar com o corpo enquanto dimensão social reveladora de implacáveis condições de vida ou enquanto texto impregnado pelos signos das violências físicas e simbólicas experimentadas por determinados habitantes de cidades como Rio Branco e outros lugares e vilas amazônicas. Signos esses que, em Florentina Esteves, surgem inscritos em corpos com “diarréia”, “amontoados feito bichos”,

“famintos”, “doentes”, “esmolando”, com “sífilis”, “um cancro social”, “caso de polícia”, “desdentados”, “bêbados”, “moralmente destituídos de valor”.

No panorama de tais (des)qualificações, considerando que “a luta em torno dos corpos, a luta pelo direito ao próprio corpo, é uma luta no terreno das palavras e seus significados” (ALBUQUERQUE, 2017, p. 250), é possível dizer que os corpos descritos em “Beco-do-Mijo” podem ser lidos como corpos de seres inferiorizados por um olhar discriminatório e reducionista, mas, também possibilitam apreender que na escrita de Florentina Esteves há uma alternância entre mimese e cisão com a estética amazionalista que governa subjetividades de mulheres e homens de letras e de ciências.

Uma denúncia social vaza por entre as linhas da invenção memorialística ou histórico-ficcional dessa escritora, implodindo seu desejo inicial de fazer um retorno ao passado “em sintonia uníssona com fatos e datas” (ESTEVES, 1990, p. 13). Implosão essa que se manifesta em palavras e silêncios, dando conta que Florentina Esteves foi traída não apenas por sua formação, pertencimento social e subjetividade, mas por seus sentimentos e acredito que esse é um dos principais legados de sua escrita, permitindo o diálogo com um mundo mais amplo. Um mundo de paradoxos e desigualdades sociais, mas também de afetos. Um mundo fora do tempo porque a última coisa que importa para essa escritora é a marcação do tempo, que, em sua Rio Branco, todos têm em demasia. O que importa é a forma de produção dos lugares com seus intercâmbios assimétricos, seus limites e contradições, suas múltiplas faces, suas mulheres e homens errantes. E isso está no âmago de seus enredos.

Algumas palavras de encerramento

Com sua escrita memorialística, Florentina Esteves convida as leitoras e os leitores a um retorno ao passado, mas um retorno invertido, ou seja, com o tempo passando ao contrário: uma involução ao contrário de uma evolução. A rigor, como ela própria destaca, trata-se de uma narrativa sem tempo ou de um tempo sem tempo, sem marcações temporais, sem dias, meses, anos. Sua lógica de tempo é outra, materializada pelo ritmo das águas do rio ou pelo passar lento do tempo da natureza em intercâmbio com as experiências de seres humanos que não têm pressa porque a vida é para ser vivida, não corrida. Evidentemente, em uma ou duas passagens ela “escorrega” e insere

os marcos temporais, ou faz referências a acontecimentos que são datados, identificando seus contextos factuais.

A habilidade dessa autora, ao narrar e apresentar as tramas de suas memórias, se mescla com sua capacidade de lembrar e de tecer escritas sobre as coisas lembradas, orientada pelo reencontro com uma cidade em que cada pessoa desempenha um papel preestabelecido, como quem faz parte de um ciclo natural, uma visão romantizada do passado ou do passado que escolhe colocar em cena com sua *anamnesis*, idealizando o mundo a partir dos acontecimentos que escolhe narrar, fazendo o possível para suavizar as diferenças de classe, os conflitos sociais, étnicos e culturais que aí são experimentados.

Florentina Esteves faz ver que a cidade não é só a matéria bruta das ruas e casas, das calçadas e do chão de barro, dos prédios, praças, escolas, igrejas, salões de bailes, bares, quintais e beiras de rio. A cidade é também – ou muito mais – os afetos, as experiências vividas, as paixões, as lembranças. A cidade é o que acontece e dura nas pessoas que a habitam e que são por ela habitadas. A cidade é o que dura enquanto duram suas humanidades. E quando as pessoas desaparecem a cidade é o que elas deixam grafado nas lembranças dos vivos ou em suas escritas. Por isso, a cidade não tem como ser vista ou apreendida no seu todo, enquanto história ou enquanto memória única e singularizada: essa é uma das mais significativas conclusões que os escritos dessa mulher propiciam. Daí que qualquer crença na monolítica ideia de uma única história da cidade não passa de exercício de poder autoritário que visa impor a memória de uns como a memória de todos. Isso quer dizer que “a história da cidade” é não apenas um conceito vago e impreciso, mas um discurso que objetifica e tenta naturalizar a subjetividade dos dominantes.

Em “Empreza” e “Beco-do-Mijo”, inseridos como partes de *Enredos da memória*, Florentina Esteves abre brechas na homogênea história da cidade e faz isso invertendo o tempo, inventando a viagem de origem ou o marco de fundação da cidade, tornando presente o que está ausente porque sabe que lida com uma operação em que desenha rostos, imagens, lugares, paisagens afetivas de uma cidade que é fruto de seu trabalho de lembrar. Aliás, de lembrar, contar e recontar, inventando o passado a partir das reminiscências de uma vida vivida. Vida vivida que retorna na forma de signos e de

um discurso que paira na superfície das palavras, indicando a profundidade de seus sentidos.

Nessa dialética da presença/ausência, a autora faz desfilar mulheres e homens de poder, de artes e de negócios, de educação escolar e de “famílias tradicionais”, mas também mulheres e homens “indesejáveis”: as putas e abandonadas das ruas, os bêbados, os doidos e os desvalidos, mesmo correndo o risco de reproduzir estereótipos ou ficar presa às falsas noções de normalidade e anormalidade, esse discurso de saber, de interdição e de controle dos corpos na cidade. Em meio a essas mulheres e homens, Florentina Esteves não esquece o universo infantil e com ele tece e destece lugares habitados por árvores, flores e frutos, por pássaros, cães e gatos; lugares de brincadeiras, mitos e assombrações; lugares de sonhos, agenciados pela brisa do rio Acre, tangendo a “poeira fina das ruas sombreadas de mangueiras”.

Em “Empreza” e “Beco-do-Mijo”, Florentina Esteves imagina o inimaginável para os historiadores da cidade: no primeiro texto ela inventa um documento em que descreve determinado evento, também inventado. E não o faz, é certo, sem reproduzir o discurso dos colonizadores – que não encontraram “ser vivente, nem vestígio de habitação, somente rios sinuosos entre densa floresta” –, mas inventa o acontecimento e sabe que está inventando e não pede licença para isso, assim como não deixa de avisar que tudo é trama ou artimanha de sua imaginação, enredo da memória que apresenta como “um pouco de história”; no segundo texto ela transforma a carta de uma puta do Beco do Mijo em um relato de história social, desenhando o cotidiano da “ralé” ou de todos aqueles que a história oficial da cidade jogou para as margens, envoltos nas cifras da violência ou nos termos pejorativos das crônicas policiais. Uma carta dos “de baixo”, os “desclassados”, que ganha importância por evidenciar o olhar e o pensamento dos “excluídos da história”, fundamentalmente, por se tratar do olhar, da palavra e do sentimento de uma “mulher da vida”, uma “puta do beco”. Essa carta é representação da representação em que, pela pena dessa sensível escritora, a história pulsa, a cidade pulsa, o mundo real pulsa, mas pulsa como invenção escrita, como narrativa e não como acontecimento ou dado objetivo. Pulsa como enredos da memória de uma mulher que se lança ao infinito e estreita a tênue fronteira entre a história e a ficção.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Por uma história acre: saberes e sabores da escrita historiográfica. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; ANTONACCI, Maria Antonieta. **Desde as Amazônias** – volume 2. Rio Branco (AC): Nepan Editora, 2014, pp. 113-137.

ALBUQUERQUE, Juliana Feitosa. “Beco do Mijo”: do conto ao drama – alguns diálogos. In: **Muiraquitã** – Revista de Letras e Humanidades, v. 5, n. 2, 2017, p. 245-281.

ALMEIDA, Mustafa Ribeiro de. Considerações sobre a data da fundação de Rio Branco. In: **Revista Rio Branco Centenária**. Rio Branco (AC): Prefeitura Municipal de Rio Branco, 1982, pp. 10-11.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Tradução: João Barreto. 2. ed., Belo Horizonte (MG): Autêntica Editora, 2013.

BENJAMIN, Walter. **Linguagem, tradução, literatura** (filosofia, teoria e crítica). Tradução: João Barreto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 5. ed., Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens**. Tradução: Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte (MG): Editora da UFMG, 2015.

ESTEVES, Florentina. **Enredos da memória**. Rio de Janeiro (RJ): Oficina do Livro, 1990.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Mulheres no espelho**: autobiografia, ficção, autoficção. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2013.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber** [Coleção Ditos e Escritos, v. IV]. Tradução: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed., Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 2006, pp. 203-222.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 14. ed., Rio de Janeiro (RJ): Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução: Salma Iannus Muchail. São Paulo (SP): n-1 Edições, 2013.

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Tradução: Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora (MG): Editora da UFJF, 2005.

GLISSANT, Édouard. **O pensamento do Tremor** – La cohée du lamentin. Tradução: Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora (MG): Editora da UFJF, 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador (BA): Edufba, 2012.

LIMA, Manoel Ferreira. **Cidade de Rio Branco**. In: Rio Branco 104 anos – Edição comemorativa da fundação do núcleo habitacional da cidade de Rio Branco. Rio Branco (AC): PMRB, 1986, pp. 3-7.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. Memória dos enredos. In: ESTEVES, Florentina. **Enredos da memória**. Rio de Janeiro (RJ): Oficina do Livro, 1990, pp. 9-10.

- RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. Tradução de Emir Sade, São Paulo (SP): Boitempo Editorial, 2015.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** – 1. A intriga e a narrativa histórica. Tradução: Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1995.
- SEED, Patricia. **Cerimônias de posse na conquista europeia do novo mundo (1492-1640)**. Tradução: Lenita R. Esteves. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.
- SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TEIXEIRA GUERRA, Antônio. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Brasília (DF): Gráfica do Senado Federal, 2004 [1955].
- TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. 4. ed., Brasília: Senado Federal, 2001 [Coleção Brasil 500 anos].
- VILELA, Eugénia. **Corpos inabitáveis. Errância, Filosofia e memória**. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Tradução: Semíramis Gorini da Veiga. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2001, pp. 233-253.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução: Paulo Henriques Britto. 1. ed., 1. reimp., São Paulo: Cia das Letras, 1990.